

SUMÁRIO

1

INTRODUÇÃO AO PROCESSO PENAL.....	19
1.1 O Direito de Punir (<i>jus puniendi</i>) (latim: <i>jus</i> = direito; <i>puniendi</i> : punição).....	19
1.2 A lide penal.....	19
1.3 Conceito de processo.....	20
1.4 Natureza jurídica do Direito Processual Penal.....	21
1.4.1 Relação com as demais ciências.....	22
1.5 Conteúdo e conceito do Direito Processual Penal.....	23
1.6 Autonomia do Direito Processual Penal.....	24
1.7 Fontes das normas processuais penais.....	24
1.8 Aplicação e interpretação da lei processual penal.....	29
1.8.1 Integração do processo penal.....	29
1.8.1.1 Analogia.....	29
1.8.2 Hermenêutica processual penal.....	30
1.8.3 Modalidades (formas) de interpretação.....	30
1.8.3.1 Interpretação penal quanto ao sujeito.....	30
1.8.3.2 Interpretação da lei penal quanto ao modo.....	31
1.8.3.3 Interpretação da lei processual penal quanto ao resultado.....	32
1.8.3.4 Interpretação analógica.....	32
1.8.3.5 Invocação do Direito Processual Civil (analogia).....	33
1.9 Sistemas processuais penais.....	33
1.9.1 Sistema inquisitório ou inquisitivo.....	34

1.9.2	Sistema acusatório	34
1.9.3	Sistema misto	34
1.9.4	Processo penal brasileiro.....	35

2

NORMA PROCESSUAL PENAL NO TEMPO E NO ESPAÇO 37

2.1	Conceito e classificações da norma processual penal.....	37
2.1.1	Elementos da norma processual penal.....	37
2.2	Caracteres da norma processual penal.....	39
2.2.1	Norma processual penal no tempo.....	39
2.2.2	Norma processual no espaço	43

3

PRINCÍPIOS DO PROCESSO PENAL..... 47

3.1	Conceito	47
3.2	Princípios processuais penais	47
3.3	Garantias constitucionais	51

4

INQUÉRITO POLICIAL..... 55

4.1	Persecução penal.....	55
4.1.1	Conceito de persecução	55
4.1.2	Polícia judiciária	56
4.2	Inquérito Policial	58
4.2.1	Finalidade do inquérito policial	59
4.2.2	Inquéritos extrapoliciais.....	60
4.2.3	Atribuição do inquérito policial	62
4.2.4	Dispensabilidade do inquérito policial.....	67
4.2.5	Natureza do inquérito policial (características).....	67
4.2.6	Incomunicabilidade do indiciado.....	70
4.2.7	<i>Notitia criminis</i>	70
4.2.8	Início do inquérito policial.....	73
4.2.8.1	Instauração por meio de requisição	73
4.2.8.2	Instauração por meio de requerimento	74
4.2.8.3	<i>Delatio criminis</i>	75
4.2.8.4	Requisição do Ministro da Justiça	75
4.2.8.5	Inquérito policial nos crimes de ação penal	

	privada	76
4.2.8.6	Diligências no inquérito policial	76
4.2.8.7	Auto de prisão em flagrante	80
4.2.9	Prazos, relatório e pedido de diligências	80
4.2.10	Encerramento e o arquivamento do inquérito.....	82
5		
AÇÃO PENAL		93
5.1	Conceito de ação penal	93
5.2	Condições da ação penal (ou condições de procedibilidade)	94
5.2.1	Legitimidade <i>ad causam</i>	95
5.2.2	Interesse de agir.....	97
5.2.3	Possibilidade jurídica do pedido	98
5.2.4	Justa causa	98
5.2-A	Pressupostos processuais.....	98
5.3	Classificação da ação penal com base na tutela jurisdicional	99
5.4	Classificação subjetiva da ação penal	99
5.5	Ação penal pública incondicionada	99
5.5.1	Princípios da ação penal pública.....	99
5.6	Início da ação penal pública.....	115
5.7	Ação penal pública condicionada.....	118
5.7.1	Legitimidade para representação.....	120
5.7.2	Requisição do Ministro da Justiça.....	122
5.8	Ação penal privada	123
5.8.1	Princípios	123
5.8.2	Legitimidade <i>ad causam e ad processum</i>	124
5.8.3	Prazo para o exercício da ação penal privada	126
5.9	Ação civil	126
6		
JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA		129
6.1	Jurisdição.....	129
6.1.1	Elementos da jurisdição.....	130
6.1.2	Conteúdo da jurisdição.....	130
6.1.3	Princípios sobre a jurisdição (<i>iurisdictio</i>)	130
6.1.4	Classificações.....	133
6.1.5	Características	133

6.2	Competência.....	134
6.2-A	Competência material e competência funcional.....	134
6.2-B	Prorrogação, delegação e desaforamento	134
6.2-C	Definição da competência	135
6.2-D	Juízo comum, especial e subsidiário.....	136
6.2-E	Competência absoluta e relativa	136
6.2.1	Competência em razão do lugar da infração.....	137
6.2.2	Competência baseada no domicílio do réu (art. 72, <i>caput</i> , do CPP).....	140
6.2.3	Competência pela qualidade do delito (art. 74).....	140
6.2.4	Competência por distribuição.....	151
6.2.5	Competência por prevenção (art. 83 do CPP).....	151
6.2.6	Competência em razão da prerrogativa de função	152
6.2.7	Conexão e continência	156
6.2.7.1	Conexão	156
6.2.7.1.1	Conexão intersubjetiva (art. 76, I, do CPP).....	156
6.2.7.1.2	Outras formas de conexão.....	158
6.2.7.2	Continência (art. 77, I e II, do CPP)	160
6.2.7.3	Regras para verificação do juízo com a competência prorrogada (arts. 78 e 79 do CPP)	161
6.2.7.4	União facultativa dos processos (art. 80 do CPP) ...	166
6.2.7.5	<i>Perpetuatio jurisdictionis</i> (art. 81 do CPP).....	166
6.2.7.6	Avocação dos processos (art. 82 do CPP).....	166
6.2.7.7	Conflito de competência.....	166

7

	QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES	167
7.1	Questões prejudiciais	167
7.1.1	Classificação	167
7.1.1.1	Questões homogêneas (ou não devolutivas, comuns ou imperfeitas)	167
7.1.1.2	Questões heterogêneas (ou devolutivas ou perfeitas).....	168
7.1.1.2.1	Questão heterogênea (civil) obrigatória (de suspensão) (ou devolutiva absoluta)..	168
7.1.1.2.2	Questão heterogênea (civil) facultativa (de suspensão)	168

7.2	Exceções	169
7.2.1	Hipóteses de exceção	169
7.3	Restituição de coisas apreendidas.....	171
7.4	Medidas assecuratórias	172
7.4.1	Sequestro.....	172
7.4.1.1	Embargos ao sequestro	173
7.4.2	Especialização da hipoteca legal e arresto	173
7.4.2.1	A especialização da hipoteca legal.....	174
7.4.2.2	Arresto	174
7.5	Incidente de falsidade.....	174
7.6	Incidente de insanidade mental do acusado	175
8		
PROVA	177
8.1	Teoria geral da prova. Conceito.....	177
8.2	Objetivo (escopo) da prova	178
8.3	Objeto	178
8.3.1	Fatos que independem de prova.....	178
8.3.2	Fatos que dependem de prova	180
8.3.3	Prova do direito (a lei).....	181
8.3.4	Prova proibida.....	181
8.3.4.1	Provas ilícitas	181
8.3.4.2	Teoria dos frutos da árvore envenenada.....	182
8.3.4.3	A prova ilícita por derivação	182
8.3.4.4	Interceptação telefônica	187
8.3.4.5	Provas ilegítimas	201
8.3.5	Inviolabilidade do advogado	202
8.4	Classificação da prova quanto ao objeto.....	203
8.5	Classificação da prova quanto ao seu efeito ou valor.....	203
8.6	Classificação da prova quanto ao sujeito ou causa	204
8.7	Classificação da prova quanto à forma ou aparência	205
8.8	Meios de prova.....	205
8.9	Ônus da prova (art. 156 do CPP)	205
8.10	Procedimento probatório	206
8.11	Prova emprestada	206
8.12	Álibi: (significa “em outra parte”, “em outro local”)	207
8.13	Sistemas de apreciação.....	207

8.14	Princípios gerais das provas	208
8.15	Das provas em geral (arts. 158 ss do CPP)	209
8.15.1	Das perícias em geral e do exame de corpo de delito (arts. 158 a 184 do CPP).....	209
8.15.1.1	Conceito	209
8.15.1.2	Realização da perícia.....	209
8.15.1.3	Exame de corpo de delito (art. 158 do CPP).....	210
8.15.1.3.1	Conceito.....	210
8.15.1.3.2	Lesão corporal e outras hipóteses.....	216
8.15.1.3.3	Exame de corpo de delito direto.....	220
8.15.1.3.4	Exame de corpo de delito indireto	220
8.15.1.3.4.1	Substituição do exame de corpo de delito pela prova testemunhal.....	220
8.15.1.3.5	Realização do exame de corpo de delito .	221
8.15.2	Do interrogatório do acusado (arts. 185 a 196 do CPP)	222
8.15.3	Confissão (arts. 197 a 200 do CPP).....	230
8.15.3-A	Colaboração premiada ou delação premiada.....	233
8.15.4	Reconhecimento de pessoas e coisas (arts. 226 a 228 do CPP).....	240
8.15.5	Das perguntas ao ofendido (art. 201 do CPP).....	244
8.15.6	Da prova testemunhal	246
8.15.7	Da acareação (arts. 229 e 230 do CPP).....	255
8.15.8	Dos documentos (arts. 231 a 238 do CPP).....	256
8.15.9	Dos indícios (art. 239 do CPP)	258
8.15.10	Busca e apreensão (arts. 240 a 250 do CPP).....	259

9

SUJEITOS DA RELAÇÃO PROCESSUAL PENAL.....	265	
9.1	Processo e procedimento	265
9.2	Sujeitos principais e secundários.....	265
9.3	Juiz	266
9.4	Partes no processo penal.....	270
9.5	Ministério Público.....	272
9.6	O acusado	273
9.7	Defensor.....	275
9.8	O ofendido e sua atuação no processo penal: querelante, assistente e	

objeto da prova.....	277
9.8-A “Amicus curiae”.....	279
10	
MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS (INCLUINDO PRISÃO E LIBERDADE PROVISÓRIA)	281
10.1 Processo cautelar	281
10.1-A Medidas cautelares pessoais substitutivas da prisão cautelar ...	282
10.1.1 Conceito de prisão	285
10.1.2 Espécies	286
10.1.3 Prisão em flagrante	290
10.1.4 Prisão preventiva	299
10.1.5 Prisão temporária.....	307
10.1.6 Prisão por decisão de pronúncia.....	311
10.1.7 Prisão por força de sentença condenatória recorrível	311
10.1.8 Prisão após o julgamento da apelação.....	314
10.1.9 Prisão domiciliar	315
10.2 Liberdade provisória com ou sem fiança.....	317
10.2.1 Crimes com a fiança dispensada.....	318
10.2.2 Crimes com arbitramento de fiança	318
10.2.3 Crimes inafiançáveis.....	319
11	
ATOS PROCESSUAIS – CITAÇÕES E INTIMAÇÕES	321
11.1 Atos processuais – noções	321
11.2 Citação (arts. 351 a 369 do CPP).....	326
11.2.1 Conceito.....	326
11.2.2 Modalidades	326
11.2.2.1 Citação real e citação ficta	326
11.2.2.2 Citação por mandado (do próprio juízo)	330
11.2.2.3 Citação por carta precatória.....	330
11.2.2.4 Citação por carta rogatória.....	330
11.2.2.5 Efeitos da citação.....	330
11.3 Intimações.....	332
11.3.1 Intimação pessoal.....	332
11.4 Revelia	334

12

PROCEDIMENTOS	337
12.1 Introdução.....	337
12.2 Procedimento ordinário	339
12.2.1 Anotações ao procedimento em geral.....	341
12.2.1.1 Atos processuais do procedimento ordinário	341
12.3 Procedimento sumário (arts. 531 a 538 do CPP).....	349
12.4 Procedimento sumaríssimo (art. 394, § 1º, III, do CPP).....	353
12.5 Procedimentos especiais previstos no Código de Processo Penal.....	356
12.5.1 Procedimento do júri.....	356
12.5.2 Procedimento dos crimes falimentares	386
12.5.3 Procedimento dos crimes de responsabilidade de funcionários públicos (arts. 513 a 518 do CPP)	387
12.5.4 Procedimento nos crimes contra a honra (arts. 519 a 523 do CPP).....	389
12.5.5 Procedimento nos crimes contra a propriedade imaterial (arts. 524 a 530-I do CPP).....	390
12.5.6 Procedimento de restauração de autos extraviados ou destruídos (arts. 541 a 548 do CPP)	393
12.6 Procedimentos previstos na legislação especial	393

13

SENTENÇA	395
13.1 Teoria geral da sentença.....	395
13.1.1 Classificação dos atos judiciais	395
13.1.2 Requisitos formais da sentença.....	396
13.1.3 Sentença absolutória	397
13.1.4 Sentença condenatória.....	399
13.1.5 Correlação entre a denúncia e a condenação (princípio da correlação)	400
13.1.5.1 <i>Emendatio libelli</i> (art. 383 do CPP).....	401
13.1.5.2 <i>Mutatio libelli</i> (art. 384 do CPP)	402
13.1.6 Pedido de absolvição do MP.....	407
13.1.7 Sentença terminativa de mérito.....	407
13.1.8 Sentença concessiva do perdão judicial	407
13.1.9 Ausência de condição objetiva de punibilidade e escusas absolutórias.....	408

13.1.10	Publicação da sentença.....	409
13.2	Coisa julgada.....	412

14

RECURSOS		415
14.1	Teoria geral dos recursos.....	415
14.2	Recurso em sentido estrito (Rese).....	432
14.2-A	Agravo de instrumento.....	440
14.3	Apelação.....	441
14.4	Embargos infringentes e de nulidade (art. 609, parágrafo único, do CPP) e embargos declaratórios.....	450
14.5	Carta testemunhável (arts. 639 a 646 do CPP).....	452
14.6	Correição parcial.....	453
14.7	Recurso especial.....	454
14.8	Recurso extraordinário.....	461
14.9	Recurso ordinário constitucional (ROC).....	466
14.9-A	Agravo regimental.....	466
14.10	Ações de impugnação.....	467
14.10.1	Revisão criminal.....	467
14.10.2	<i>Habeas corpus</i>	470
14.10.3	Mandado de segurança criminal.....	476
14.10.	Reclamação.....	479
14.10.1	Suspensão da segurança.....	480

15

NULIDADES		483
15.1	Introdução.....	483
15.2	Conceito de nulidade.....	483
15.2.1	Natureza jurídica.....	483
15.3	Sistema de nulidades.....	484
15.4	Classificação dos atos processuais.....	489
15.4.1	Ato inexistente.....	489
15.4.2	Ato nulo.....	491
15.4.2.1	Nulidade absoluta e relativa.....	491
15.4.3	Ato anulável.....	494
15.4.4	Ato irregular.....	494
15.4.5	Classificação segundo a jurisprudência (prática).....	495

15.4.6	Hipótese	495
15.4.6.1	Carta precatória	495
15.5	Inadmissibilidade da <i>revisio pro societate</i>	495
15.6	Momento de arguição e preclusão	496
15.6.1	Nulidade relativa: hipóteses e momento de arguição	496
15.7	O princípio <i>pas de nullité sans grief</i>	498
15.8	Nulidades em espécie (art. 564 do CPP)	498
15.8.1	A incompetência, a suspeição ou suborno do juiz (art. 564, I, do CPP).....	499
15.8.2	A ilegitimidade de parte (art. 564, II, do CPP).....	499
15.8.3	Falta de fórmulas ou dos termos (art. 564, III, do CPP).....	501
15.9	Vedação da admissão da nulidade	511
15.10	Saneamento e efeitos.....	512

16

PROCESSO DE EXECUÇÃO 515

16.1	Escopo da execução penal	515
16.2	Requisitos para a execução da pena	515
16.3	Natureza do processo de execução.....	515
16.4	Princípios do processo de execução penal.....	516
16.5	Competência da execução penal.....	517
16.6	Cumprimento da pena privativa de liberdade	518
16.7	Guia de recolhimento	520
16.8	Regime de pena e progressão.....	520
16.8.1	Prisão albergue domiciliar	534
16.8.2	Regressão de regime	535
16.9	Livramento condicional (arts. 83 a 90 do CP).....	535
16.10	Autorização de saída	536
16.11	Remição	537
16.12	Detração	538
16.13	Penas restritivas de direito.....	539
16.14	Multa.....	540
16.15	Medidas de segurança.....	542
16.16	Incidentes da execução.....	542
16.17	Agravo em execução	543

BIBLIOGRAFIA 545